CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01.1307/2022
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005.393/2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CAMPO MAIOR ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A EMPRESA ANA MARCIA MOURA & GERALDO LUSTOSA ARQUITETURA E INTERIORES LTDA, NA FORMA E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, I DA LEI Nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR - PI**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.716.880/0001-83, por intermédio da **Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos e Desenvolvimento Econômico**, inscrita no CNPJ n° 24.633.445/0001-77, situada na Praça Luis Miranda, 318, Centro, Campo Maior - PI, neste ato representado pela Secretária Municipal, Sra. **Maria Teresa de Jesus Andrade Portela**, portador do CPF n. 121.060.113-34.

CONTRATADA: **ANA MARCIA MOURA & GERALDO LUSTOSA ARQUITETURA E INTERIORES LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Rua Honório Parente, nº 355, Jóquei, Teresina/PI, inscrita no CNPJ nº 41.524.000/0001-78, neste ato representada pela **Sra. Ana Marcia Silva de Moura**, portadora do CPF nº 273.332.564-72.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente contrato, conforme autorização da autoridade competente nos autos da **Dispensa Eletrônica de Licitação nº 001/2022**, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para **elaboração de projetos arquitetônicos**, conforme especificações e quantidades constantes na Dispensa Eletrônica nº 001/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO DIRETA
2.1. O serviço ora contratado, foi objeto de procedimento de dispensa eletrônica de licitação nº 001/2022, Processo Administrativo nº 005.393/2022, conforme a autorização da autoridade competente, e de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS
3.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme Art. 92 inciso III.

fls. Nº

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto desta licitação será executado de acordo com as especificações estabelecidas neste contrato e será vistoriado por setor competente desta Prefeitura, conforme determinações da lei de 14.133 contidas no Capítulo VI do Art. 115 a 123.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

5.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, conforme os preços constantes na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇAO	UNID	VAL UNIT.	V. TOTAL
01	Elaboração de Projeto Arquitetônico de uma capela e complexo de apoio turístico na Serra de Santo Antônio em Campo Maior – PI, com área de 600 metros quadrados.	Projeto	R$ 20.000,00	**R$ 80.000,00**
02	Elaboração de Projeto Arquitetônico para a reforma, ampliação e adequação de espaços para o centro administrativo do município de Campo Maior – PI, com aproximadamente 1800 metros quadrados.	Projeto	R$ 60.000,00	

5.2. O pagamento será efetuado, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, estando esta devidamente atestada pelo setor competente.

5.3. Tendo em vista o prazo concedido para pagamento, não haverá, dentro deste prazo, isto é, da apresentação da cobrança à data do efetivo pagamento sem atrasos, nenhuma forma de atualização do valor devido.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.5. Este contrato não sofrerá reajuste de preços.

5.6. Os pagamentos serão de acordo com o que está contido no Capítulo X do Art. 141 á 150 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.06.01 – Secretaria Municipal de Finanças
FUNÇÃO/PG/P.ATIVIDADE	04.121.0003.2044 – Prog. Nac. de apoio a Moder. Adm. e Fiscal – PNAFM
ELEMENTO DE DESPESA	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO	754 - PNAFM

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

I – emitir a Ordem de Serviços do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;

II – efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;

III – fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro, integrado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

fls. Nº

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

I - executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com a sua proposta;

II - entregar os serviços objetos do contrato, de acordo com a ordem de serviços, no prazo máximo definido em tal documento, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração;

III - entregar o objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do Processo Licitatório, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 001/2022;

IV - substituir, às suas expensas e no prazo determinado pelo órgão competente desta Prefeitura, os serviços realizados em que se verificarem vícios destoantes do padrão normal;

V - responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

VI - assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;

VII - utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;

VIII - manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX - fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

9.1. O presente contrato será extinto excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos na da Lei n.º 14.133 conforme estabelecido na Seção VI Título 3 Capítulo VIII, sob qualquer uma das formas descritas na mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO

10.1. O ato que autoriza a contratação ou Extrato de contrato do presente Contrato será publicado em sítio oficial eletrônico conforme art. 72, no prazo previsto no do art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 O presente contrato firmado vigorará **até 31/12/2022** a partir de sua assinatura.

11.2. O prazo previsto na cláusula 11.1 poderá ser excepcionalmente prorrogado, por interesse público e de acordo com a conveniência deste Município, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovadas e aceitas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

fls. Nº

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, de acordo com o Art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

13.2. Em caso de aplicação de multas, será calculada a critério da contratante, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE.

13.4. As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

14.1. Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 14.133/2021, cabem os recursos dispostos no seu capítulo II Art 165.

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, a Dispensa Eletrônica de Licitação nº 001/2022, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA. Esses documentos constam do Processo Licitatório e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Maior - PI, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em duas vias, as quais assinam as partes abaixo.

Campo Maior - PI, 13 de julho de 2022.

Maria Teresa de Jesus Andrade Portela
Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos e Desenvolvimento Econômico
CONTRATANTE

ANA MARCIA SILVA DE MOURA:27333256472

Ana Marcia Silva de Moura
ANA MARCIA MOURA & GERALDO LUSTOSA ARQUITETURA E INTERIORES LTDA
CONTRATADA

fls. Nº

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

Id:0B6203062178255C

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECONSTRUINDO CAMPO MAIOR

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo N. 005.393/2022. **Procedimento:** Dispensa Eletrônica de Licitação Nº 001/2022 – Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos e Desenvolvimento Econômico. **Contrato** Nº 01.1307/2022. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2022. **Fundamentação:** Lei Nº 14.133/2021. **Empresa Vencedora:** ANA MARCIA MOURA & GERALDO LUSTOSA ARQUITETURA E INTERIORES LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.524.000/0001-78. **Valor Total do Contrato:** R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). **Data de Assinatura:** 13/07/2022. **Vigência:** 31/12/2022. **Signatários:** Município de Campo Maior, através da **Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos e Desenvolvimento Econômico,** neste ato representado por sua secretária Srª. **Maria Teresa de Jesus Andrade Portela** e de outro lado a empresa ANA MARCIA MOURA & GERALDO LUSTOSA ARQUITETURA E INTERIORES LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.524.000/0001-78, neste ato representado pela Srª. Ana Marcia Silva de Moura, portadora do CPF nº 273.332.564-72.

Id:13B5A3D852B4229D

ESTADO DO PIAUÍ
MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

RECONSTRUINDO CAMPO MAIOR

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022 PMCM-PI. CONTRATO Nº 01.0707/2022. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis 10.520/2002, 10.024/2019 e 8.666/1993. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS ORIGINADOS DA FOLHA DE SALÁRIOS DOS SERVIDORES ATIVOS EFETIVOS, CONTRATADOS, COMISSIONADOS, ESTAGIÁRIOS, INATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR – PI E DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR - PI, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE E CONCESSÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO AOS SERVIDORES SEM EXCLUSIVIDADE. **CONTRATADA**: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrita no CNPJ nº 90.400.888/0001-42. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil). **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura do contrato ate 07/07/2027. **DATA HOMOLOGAÇÃO**: 06/07/2022. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO**: 07/07/2022. **SIGNATÁRIOS:** Município de Campo Maior - PI, através da Secretaria Municipal de Administração e Previdência, neste ato representado por sua Secretária Sra. Maria do Rosário Felix de Almeida e Instituto de Previdência do Município, neste ato representado por seu Gerente, Sr. Valter Luiz Batista da Silva, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrita no CNPJ nº 90.400.888/0001-42, neste ato representado pela Sra. Erica Martins Brandão, doravante denominado **CONTRATADO**.

Id:1518E950B03E2202

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
GABINETE DO PREFEITO

RECONSTRUINDO CAMPO MAIOR

PORTARIA Nº 081/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar nº 002, de 15 de março de 2017 (Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal), com alterações posteriores, resolve

EXONERAR

EVALDO GABRIEL LOPES GALVÃO DO AMARAL do cargo de **Assessor Técnico Especial, da Secretaria Municipal de Relações Institucionais**, CDA – IV, com efeitos retroativos a 30/06/2021.

Esta Portaria entra e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Maior (PI), em 04 de julho de 2022.

JOÃO FÉLIX DE ANDRADE FILHO
Prefeito Municipal de Campo Maior

Id:10EF18E797A0220D

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR
GABINETE DO PREFEITO

RECONSTRUINDO CAMPO MAIOR

PORTARIA Nº 082/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 54, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar nº 002, de 15 de março de 2017 (Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal), com alterações posteriores, resolve

NOMEAR

JOÃO PEDRO MORAES MARTINS para exercer o cargo de **Assessor Técnico Especial, da Secretaria Municipal de Relações Institucionais**, CDA – IV, com efeitos retroativos a 01/07/2021.

Esta Portaria entra e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Maior (PI), em 04 de julho de 2022.

JOÃO FÉLIX DE ANDRADE FILHO
Prefeito Municipal de Campo Maior

FLS. Nº